

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

Instituto de Ciências da Natureza

Curso de Geografia – Bacharelado

MARAISA DE PAULA SILVA

**TERCEIRIZAÇÃO NAS CONFECÇÕES TÊXTEIS NO MUNICÍPIO DE
PARAGUAÇU-MG**



ALFENAS – MG

2023

Maraisa de Paula Silva

**TERCEIRIZAÇÃO NAS CONFECÇÕES TÊXTEIS NO MUNICÍPIO DE
PARAGUAÇU-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de **Bacharel** em Geografia pelo Instituto de Ciências da natureza da Universidade Federal de Alfenas – MG, sob orientação do Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves.

ALFENAS - MG

2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

Assinatura:

Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Sandra de Castro de Azevedo

Universidade Federal de Alfenas

Me. Clara Ribeiro Silva

Assinatura:

Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a organização e relações de trabalho nas confecções têxteis no município de Paraguaçu-MG, a partir da terceirização. Além disso, tem como objetivo específico analisar a participação do setor industrial numa cidade pequena. Em um primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica como referencial teórico sobre os temas e conceitos pertinentes da pesquisa, como a dinâmica econômica das cidades pequenas e sobre o processo de terceirização na indústria. Posteriormente foram entrevistados 7 trabalhadores terceirizados que atuam na produção da confecção de ternos. sobre a produção têxtil em Paraguaçu, apontou que em 2018 havia 5 fábricas e 45 confecções têxteis no município, que totalizavam 1407 trabalhadores assalariados. Salienta-se que os trabalhadores terceirizados, não entram nessa contagem, pois muitas vezes são feitos contratos por jornada, que não mentem as relações de assalariado. os custos e manutenções são por conta do trabalhador terceirizado, a empresa não arca com nenhum tipo de custo, apenas envia os tecidos cortados para serem confeccionados. O espaço de trabalho dos terceirizados é a própria residência, não contando com medidas de segurança, o que mostra a precarização do mesmo, são em geral espaços pequenos o suficiente para o maquinário e pessoa trabalhar. Destaca-se que a carga horária é variável, pois ganha-se mais quanto mais peças são entregues no menor tempo, ou seja, além do espaço do trabalho ser no mesmo do descanso, tem-se a pressão por produzir mais em menos tempo, o que desestimula o tempo para lazer e descanso

Palavras-chave: Terceirização; Indústria Têxtil; Sul de Minas; Cidade Pequena.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – BREVE CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE PARAGUAÇU-MG.....	7
CAPÍTULO II – TERCEIRIZAÇÃO NA ECONOMIA E OS IMPACTOS SOCIAIS..	16
CAPÍTULO III – DINÂMICA E FUNÇÕES DAS CIDADES PEQUENAS.....	24
CAPÍTULO IV - TRABALHADORES TECEIRIZADOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM PARAGUAÇU-MG.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

A terceirização é um processo crescente na economia mundial, as grandes indústrias iniciaram essa divisão do trabalho a fim de reduzir custos e ampliar seus lucros. Essa forma de produção passou para vários setores da economia, atingindo médias e pequenas empresas, sobretudo, a partir da flexibilização das leis trabalhistas ocorridas em 2017 no Brasil.

Nos últimos anos, o número de empresas têxteis foi aumentando cada vez mais no município de Paraguaçu-MG, tendo em vista esse crescimento que acabou gerando uma concentração de fábricas têxteis, é fundamental compreender e analisar a organização destas confecções têxteis no município de Paraguaçu e como se dão as relações de trabalho em uma cidade pequena.

O município de Paraguaçu se localiza no sul de Minas Gerais, e se enquadra na classificação de uma cidade pequena, entretanto Paraguaçu acaba por sair um pouco do padrão de cidade pequena, uma vez que a economia do município acaba sendo mais influenciada por esse setor. Sendo uma cidade pequena é fundamental compreender como as relações de trabalho se formam, uma vez que com essa concentração de confecções temos uma grande geração de empregos, mas com a tendência de um salário não tão atrativo.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a organização e relações de trabalho nas confecções têxteis no município de Paraguaçu a partir da terceirização. Além disso, tem como objetivo específico analisar a participação do setor industrial numa cidade pequena.

Em um primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica como referencial teórico sobre os temas e conceitos pertinentes da pesquisa, como a dinâmica econômica das cidades pequenas e sobre o processo de terceirização na indústria. Posteriormente foram entrevistados 7 trabalhadores terceirizados que atuam na produção da confecção de ternos.

CAPÍTULO I – BREVE CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE PARAGUAÇU-MG

Os primeiros habitantes do município foram indígenas que faziam parte do grupo tupi-guarani, importante ressaltar que anteriormente o município tinha o nome de Sertões de São Sebastião, os mesmos viviam às margens do Rio Sapucaí. Onde podemos encaixar dentre os períodos destacados por Milton Santos no Meio Natural.

O primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus, empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos. A unidade, então, era dada pela natureza, e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. (SANTOS; SILVEIRA. 2001)

No Início do século XVIII duas famílias foram contempladas com uma sesmaria cada, as mesmas se localizam às margens de três rios: Machado, Sapucaí Dourado, atualmente onde se localiza o território de Fama e Paraguaçu.

O sesmeiro Agostinho Fernandes de Lima Barata, natural de Portugal, da cidade de Góes, Bispado de Coimbra, povoou e cultivou rapidamente suas terras, prestando um dos maiores benefícios ao lugar, ao abrir os caminhos para povoados vizinhos como Elói Mendes (então denominado Morro Preto da Mutuca), Varginha (então denominado Espírito Santo das Catandugas), Machado (então denominado Santo Antônio do Machado) e Alfenas (Então denominado São José e Dores de Alfenas). Agostinho Barata foi pioneiro ao adquirir e transportar de São Paulo para Paraguaçu-MG a maquinaria destinada à montagem de um engenho em sua propriedade na Fazenda da Mata (atual bairro da Mata), o que consignou enorme evolução da sesmaria pelas grandes lavouras de cana-de-açúcar existentes, pois, somente em 1885 é que a cafeicultura foi introduzida em nosso município.¹

Aos poucos o território foi se formando, com doações de terras por parte de alguns habitantes como Amaro José do Vale e sua esposa Maria Rosa de São José:

¹ Prefeitura Municipal de Paraguaçu. Histórico do município. Paraguaçu/MG- 2002. Disponível em: <http://paraguacu.mg.gov.br/acidade/> Acesso em 16/02/2023.

O casal Maria Rosa de São José e Amaro José do Vale doaram as terras necessárias à formação do patrimônio, com a lavratura definitiva da escritura realizada em 17 de outubro de 1825, cuja cópia foi arquivada na Cúria da Diocese de Guaxupé-MG. O Ex-Prefeito Oscar Ferreira Prado, recebeu uma cópia da mencionada escritura de Dom Hugo Bressane de Araújo, Bispo Diocesano da Campanha-MG.²

Até se chegar à nomenclatura final de Paraguaçu, o município chegou a ter aproximadamente quatro nomes diferentes ao longo de sua formação inclusive a forma como o nome era escrito sofreu alterações recentes.

Os nomes utilizados pelo município em ordem crescente foram: Nossa Senhora do Carmo; Carmo dos Tocos; Carmo da Escaramuça e Paraguaçu. O nome definitivo foi sugerido por um senador que contribuiu de forma considerável para a emancipação do município., que aconteceu em 30 de agosto de 1911.

O último e definitivo nome foi Paraguaçu. O Município foi criado pela Lei Estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911, oficializando nesta data a sua emancipação. O topônimo Paraguaçu foi sugestão do então Senador Gaspar Ferreira Lopes que empreendeu inúmeros esforços para a emancipação da localidade.³

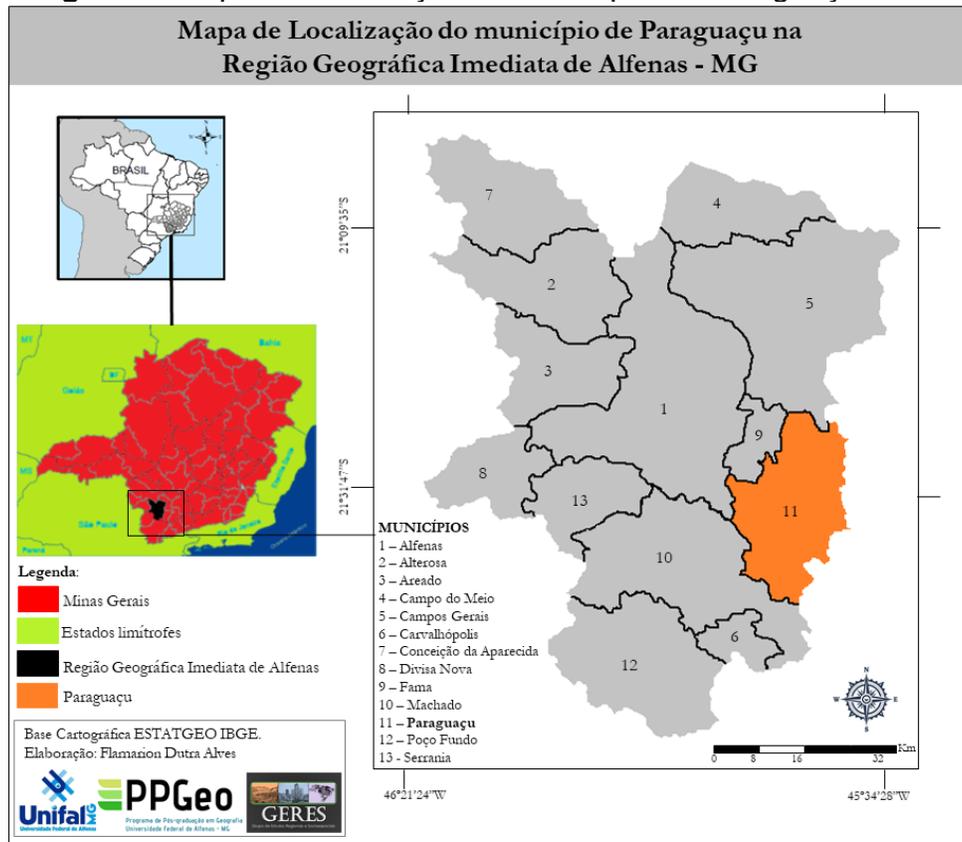
Porém, a grafia do nome escolhido inicialmente não era a citada acima, anteriormente se usava Paraguassu utilizando dois esses. Atualmente ao visitar o município é possível encontrar alguns estabelecimentos que utilizam a grafia antiga, como o Hotel Paraguassu.

Paraguaçu está inserido na Região Imediata de Alfenas (Figura 1), e está entre duas cidades com influência regional, estando distante 30km de Alfenas pela BR 491 e a 38 km de Varginha pela BR 491 (Figura 2). Destaca-se ainda, que a cidade de Paraguaçu está a 58 km da Rodovia Fernão Dias (BR 381), importante eixo rodoviário para circulação entre as metrópoles de São Paulo e Belo Horizonte, o que de certo modo implica na presença de indústrias no município.

² Prefeitura Municipal de Paraguaçu. Histórico do município. Paraguaçu/MG- 2002. Disponível em: <http://paraguacu.mg.gov.br/acidade/> Acesso em 16/02/2023.

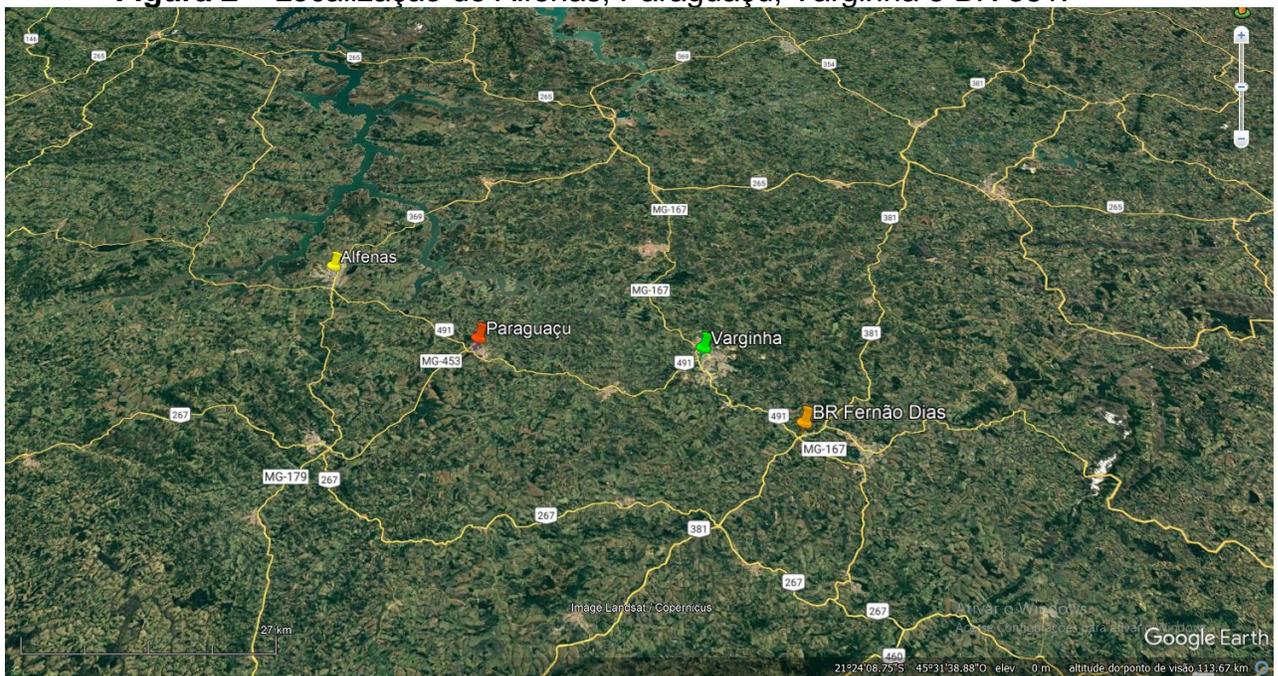
³ Prefeitura Municipal de Paraguaçu. Histórico do município. Paraguaçu/MG- 2002. Disponível em: <http://paraguacu.mg.gov.br/acidade/> Acesso em 16/02/2023.

Figura 1- Mapa de localização do município de Paraguaçu/MG.



Fonte: Alves e Esteves (2020, p.202).

Figura 2 – Localização de Alfenas, Paraguaçu, Varginha e BR 381.



Fonte: Google Earth, 2023.

Localizado na Mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, na Região Geográfica Imediata de Alfenas, com latitude de 21°31'59" e longitude 45°45'59", ocupa uma área de 380 km².

Com uma pluviosidade média anual de 1.200 milímetros, possui clima temperado com chuvas de setembro/outubro a março/abril numa temperatura média máxima de 28° C e média mínima de 15° C.

Ligado por rodovias asfaltadas às principais cidades da região, recebe grande influência de São Paulo, distante 315 quilômetros. Dista, ainda, 330 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte e 427 quilômetros do Rio de Janeiro. Assim, a localização de Paraguaçu, pode ser considerada estratégica, pois está próximo de grandes centros urbanos e as principais vias de transporte para circulação das mercadorias, facilitando as interações espaciais (CORRÊA, 1997).

O município apesar de ser relativamente pequeno, possui destaque em alguns setores há anos principalmente no setor têxtil, como a fábrica de tecidos que está presente na cidade a mais de 50 anos, e que foi um alento pós-guerra no sentido econômico, pois além de trazer emprego, trouxe progressos em outras áreas.

Com o crescimento do município, a chegada de migrantes de outros estados, mudanças de hábitos foram acontecendo, porém sempre tentando manter as tradições ao mesmo modo criando novas tradições como por exemplo a festa do marolo (fruta típica da cidade) que vem acontecendo na última década.

De acordo com Milton Santos (2012), a sociedade só pode ser determinada por meio do espaço, uma vez que, é produto da produção, e dos processos produtivos que foram sendo impostos ao longo tempo pela sociedade ao espaço. Podemos dizer que a paisagem é concebida por circunstâncias tanto do passado como do presente, sendo assim só é possível se ter uma compreensão da organização do espaço a partir da interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções por meio do tempo.

Figura 3 - À esquerda prédio da prefeitura em 2022, e a direita o mesmo prédio logo após sua construção.



Fonte: Arquivo pessoal.

No último censo realizado pelo IBGE em 2010, a população era de 20.245 habitantes, com estimativa de 21.513 habitantes para 2019. A população urbana ultrapassou a população rural e em 2010 de acordo o IBGE a população urbana correspondia à 82% da população total. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 76,83% para 82,39%.

No setor econômico, o município tem sua maior participação do PIB no setor terciário com 36%, seguido da agropecuária com 20%, a indústria com 19,4 (Tabela 1)

Tabela 1- Desenvolvimento do Produto Interno Bruto de Paraguaçu-MG, por segmentos entre 2004, 2010, 2014, 2017 e 2020 (R\$ x1000).

Atividade	2004	2010	2014	2017	2020
Agropecuária	32.106	53.324	59.198	56.689	113.393
Indústria	28.932	57.500	76.482	97.918	109.449
Serviços	43.713	91.681	140.073	188.633	205.506
Administração Pública	21.130	43.455	67.105	86.786	89.900
PIB TOTAL	125.880	245.960	342.859	430.028	563.965

Fonte: SIDRA – IBGE, Produto Interno Bruto – PIB, 2004-2020.

É importante destacar a divisão que ocorre na economia de Paraguaçu, isto que uma parte se dá através da agropecuária e outra pelas indústrias, que no ano de 2010 passou a ter mais participação na economia do que o setor agropecuário,

o que acaba sendo um pouco contraditório uma vez que estamos em uma região que tem grande parte da sua economia baseada na produção de café.

No setor industrial ganham destaque as confecções que vão se expandindo cada vez mais (Tabela 2), de um modo geral, produzem para grandes indústrias ao mesmo passo que são autônomos e com contrato, em que seu modo de produção se configura em seguir os moldes e cortes já estabelecidos pela empresa, para que assim, deste modo possam seguir para a costura e acabamento, com destino final a empresa que contratou os serviços.

Tabela 2 –Número de fábricas e confecções/facções têxteis e trabalhadores assalariados em cada segmento entre 2006 e 2018 em Paraguaçu-MG.

Ano	Fábricas	Pessoal ocupado assalariado	Confecções	Pessoal ocupado assalariado	Total de Pessoal ocupado assalariado
2006	6	504	19	671	1175
2007	6	469	23	691	1160
2008	6	512	26	711	1223
2009	3	506	26	677	1183
2010	6	453	36	916	1369
2011	5	465	39	877	1342
2012	5	485	38	940	1425
2013	6	514	52	975	1489
2014	7	508	51	942	1450
2015	6	444	55	916	1360
2016	5	428	50	847	1275
2017	7	432	47	946	1378
2018	5	436	45	971	1407

Fonte: ALVES e ESTEVES, 2020.

O trabalho de Alves e Esteves (2020) sobre a produção têxtil em Paraguaçu, apontou que em 2018 havia 5 fábricas e 45 confecções têxtis no município, que totalizavam 1407 trabalhadores assalariados. Salienta-se que os trabalhadores terceirizados, não entram nessa contagem, pois muitas vezes são feitos contratos por jornada, que não mentem as relações de assalariado.

Sendo assim, mesmo sendo uma cidade pequena, é possível notar que Paraguaçu, destacando inclusive pela dinâmica de suas indústrias de confecções,

insere-se e se articula com outras escalas nacionais e globais do modo de produção capitalista, onde acaba ressaltando sua relevância no seguimento e na microrregião. Deste modo, fica claro que a cidade de Paraguaçu se configura como pequena cidade da Região Imediata de Alfenas e com um grande potencial para crescer, se destacando cada vez mais no setor industrial de confecção de ternos.

O que acaba sendo contraditório para uma cidade pequena que antes eram vistas como inferiores na rede urbana e muito associada ao rural apenas, como mostra Lovadini:

As pequenas cidades sempre ocuparam, historicamente, uma posição inferior na rede urbana, com uma capacidade de redes de serviços e de produção industrial limitada aos grandes centros e cidades médias e, quase sempre, associadas ao meio rural. (LOVANDINI, 2017)

Paraguaçu está localizado em um lugar considerado estratégico próximos aos principais polos econômicos do país como São Paulo e Rio de Janeiro, sendo assim podemos compreender quando Santos (2012) diz que o espaço é um fator de evolução social, uma vez que o espaço geográfico, não é simplesmente um palco onde tudo acontece, sendo ativo e interagindo.

[...] na medida em que sugerimos que o espaço assim definido seja considerado como fator de evolução social, não apenas como uma condição. Tentemos, porém, apesar da dificuldade, dar respostas a diversas indagações. (SANTOS, p.11, 2012)

Há uma concentração das indústrias têxteis em Paraguaçu (Figura 3), mas há empresas distribuídas por toda cidade. Com a terceirização, esse processo fica mais difícil de espacializar, pois as residências se tornam oficinas na produção industrial.

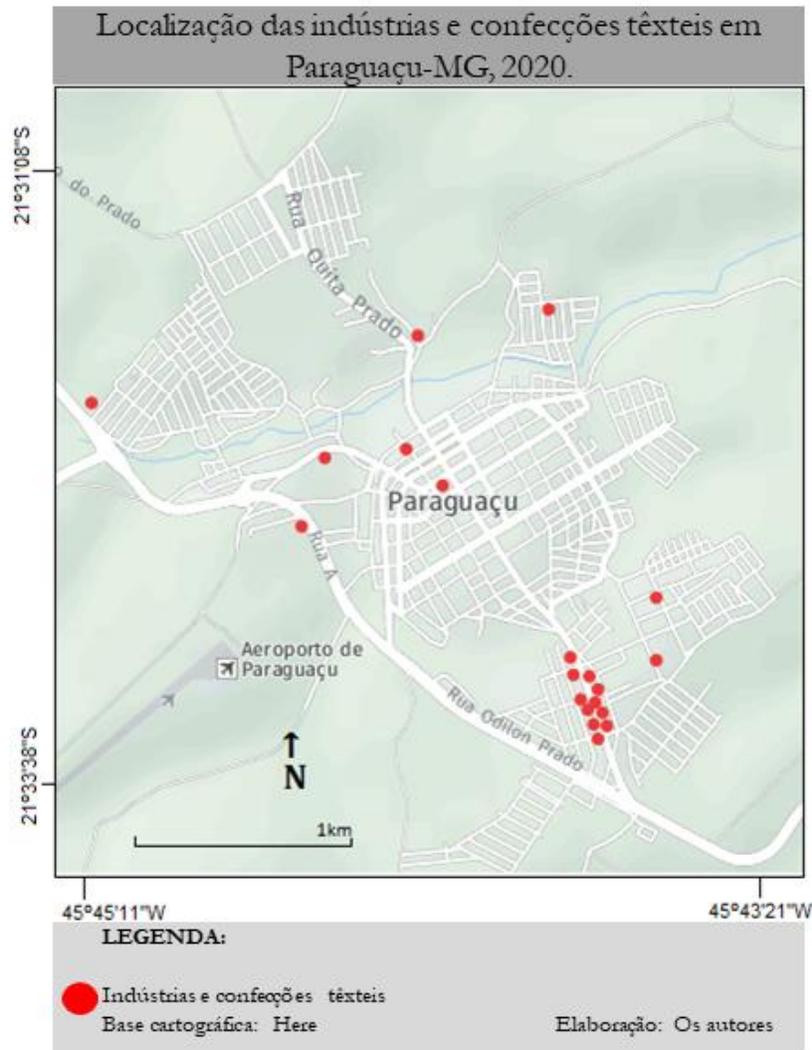


Figura 3– Espacialização das indústrias têxteis no município de Paraguaçu-MG
 Fonte: Alves e Esteves (2020).

Na cidade, tem-se o distrito industrial e uma avenida onde estão concentradas as confecções de ternos, que é a avenida Doutor Domingos Conde, os processos e as relações econômicas, assim como outras relações são imateriais entretanto, elas se materializam em formas.

Esses processos resolvidos em funções, realizam-se através de formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos não se realizaria. Daí porque o espaço contém demais instâncias. (SANTOS, 2012, p.12)

É importante levar em conta que as pequenas cidades não possuem apenas uma origem onde se considera apenas a época em que foi criada, mas também é

preciso entender os agentes sociais, o padrão de localização e sintetizando as necessidades e facilitando a criação de centros de povoamento. Podemos compreender que a pequena cidade seria um núcleo de povoamento onde uma parcela da população está envolvida em atividades relacionadas à circulação e transformação de mercadorias e prestação de serviços.

Ao analisar o dinamismo das pequenas cidades não podemos classificá-las apenas pelo número de habitantes, pois estaríamos desconsiderando a centralidade e a importância que as mesmas desempenham na rede urbana. Todavia, cabe ressaltar que o número de habitantes também pode ser considerado como um dos diversos elementos de análise para compreender as transformações espaciais em pequenas cidades. (LOVANDINI, 2017)

Segundo Corrêa (2011), pequenas cidades não tinham tantas diferenças entre si do ponto de vista funcional, estando entre o urbano e o rural, entretanto era possível diferenciar as áreas urbanas das áreas rurais inclusive através das atividades econômicas.

Dessa forma, Paraguaçu desponta como uma função agropecuária e do setor terciário, e no século XXI a concentração de indústrias têxteis, transformam a cidade na “Capital Brasileira do Terno”, demandando uma especialização produtiva.

CAPÍTULO II – TERCEIRIZAÇÃO NA ECONOMIA E OS IMPACTOS SOCIAIS

Ao longo do século XX e nessas duas décadas do século XXI, empresas passaram a utilizar uma estratégia direcionada a uma maior descentralização da produção e flexibilização da mão-de-obra, ou seja, dando atenção ao seu principal negócio, entretanto desenvolvendo de forma simultânea outros negócios contratando outras empresas ou pessoas físicas, para produzir e fornecer mercadorias:

Em particular, tais empresas passaram a adotar estratégia voltada a uma maior descentralização produtiva. Para isso, passaram a se concentrar em seu negócio central (*core business*), e, em paralelo, a desenvolver/ subcontratar uma série de outras empresas (terceiros), especializadas em atividades/ serviços de apoio ou fornecedoras de peças/ componentes/ subconjuntos dos produtos finais. (AMATO NETO, 1995, p.34)

Anteriormente existia um critério ou pensamento dominante de que seria mais produtivo e mais interessante, manter grande parte ou todas as atividades produtivas dentro de uma mesma unidade, porém após os anos 1970 chega um novo arranjo para a economia do planeta e os sistemas de produção industrial principalmente.

Tais mudanças podem ser compreendidas, principalmente, por meio de três elementos básicos, quais sejam: as novas formas de organização do trabalho a revolução na base técnica, com o advento das novas tecnologias de base microeletrônica e, finalmente, porém não menos importante, o novo padrão de inter-relacionamento de firmas e/ou empresas. (AMATO NETO, 1995, p.34)

Mas não foi exatamente um sistema perfeito, uma vez que as empresas contratantes começaram a ter problemas com essa nova configuração, uma vez a que as atividades produtivas passaram a ser realizadas também por outros.

Desta forma, uma série de problemas surgia no inter-relacionamento entre contratantes (montadoras) e fornecedores de autopeças, tais como:

- Irregularidades nos prazos de entrega de lotes de peças, devido, em muitos casos, à própria informalidade na contratação de itens individuais;
- Altos índices de peças defeituosas e incompatíveis com o conjunto a que se destinavam (qualidade não-assegurada);
- Relações conflituosas entre fornecedores e montadoras, principalmente ao longo dos anos 60 e 70, quando da onda de frequentes greves na indústria norte-americana, o que agravou ainda mais os problemas de fornecimento. Toda aquela situação chegava a forçar as grandes montadoras da época a buscarem esquemas de duplo fornecimento, a fim de se precaverem contra eventuais faltas de peças. (AMATO NETO, 1995, p.34)

O que se busca no processo de terceirização, é se ter vantagem que vem de uma estrutura diferenciada, ampliar os lucros e reduzir os custos pelas indústrias:

Nesse sentido, Butera enfatiza que o fenômeno da terceirização vem influenciando de forma decisiva o processo de transformação da moderna organização empresarial e do próprio trabalho. Salieta, ainda, que o processo de terceirização externa à empresa (pelo qual alguns serviços ou partes do próprio processo produtivo, anteriormente realizados no interior da própria empresa, passam a ser subcontratados de outras empresas ou de agentes especializados) corresponde, de maneira extremamente forte, àquilo que acontece no interior da própria estrutura da grande empresa ou de uma grande organização. Em poucas palavras, o que se busca neste movimento de terceirização é a obtenção de vantagens advindas da diferenciação estrutural- que surgem tanto no interior da própria empresa (em suas várias áreas funcionais ou unidades de negócios diversos) como também em seu mercado - de tal modo a se adotar, como critério principal da "divisão" da organização, as características peculiares de cada produto / mercado, e não mais aquele (tradicional) baseado na otimização genérica da utilização de recursos produtivos, tais como tecnologia, espaço e tempo. (AMATO NETO, 1995, p.37)

Sendo assim, o grande propósito da instalação dessa nova estrutura de ordenamento industrial, onde o que se evidencia é a relevância das relações inter-empresariais, é fazer com que a grande empresa possa focalizar em um único grupo de tarefas operacionais e gerenciais, formando uma rede de fornecedores.

Desde o início do processo de terceirização houve casos de desemprego, em relação as fábricas de auto-peças.

Embora praticamente todos os executivos entrevistados tenham declarado não haver "intenções de desemprego" por detrás das estratégias de desverticalização / terceirização, o fato é que para

muitas das empresas pesquisa das, principalmente as fabricantes de autopeças, houve um decréscimo significativo no tamanho do quadro de funcionários (variando de 24% a 30%), nos últimos três anos, período em que, coincidentemente, iniciaram-se os programas de terceirização, downsizing, management-by-out (subcontratação de serviços de ex-funcionários) etc. (AMATO NETO, 1995, p.39)

Em relação aos trabalhadores, é importante enfatizar que seria interessante buscar melhores condições por meio de seus sindicatos, para que suas remunerações reflitam a realidade de suas contribuições para as empresas. Melhores condições e respaldos em caso de doenças, e uma carga horária de trabalho digna.

Pelo lado dos trabalhadores (através de seus sindicatos), é importante que se crie maior consciência de que este processo de terceirização delinea-se como algo irreversível, em termos da busca de maior eficiência industrial como um todo (como já demonstrado pela experiência internacional de vários países industrializados) e não apenas como mais uma estratégia a ser utilizada contra os seus interesses (dos trabalhadores), embora, em alguns casos (como citados anteriormente) isto possa, evidentemente, ocorrer. Ao mesmo tempo, é oportuno que se pensem em novas formas de remuneração do trabalho, que passem também pela real participação dos funcionários nos resultados das empresas. (AMATO NETO, 1995, p.41)

Com as diversas alterações que ocorreram na fase de mundialização do capital, ocorre uma expansão distintas modalidades de trabalho em diversos segmentos. A flexibilização do processo produtivo, na verdade fragiliza o trabalhador, com sua perda de direitos, menores remunerações e aumento da jornada de trabalho.

Assim, a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente tornar-se a regra, e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível, se não houver contraposição forte a este movimento tendencial de escala global. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.21).

A produção flexível e o objetivo de se manter um número pequeno de trabalhadores fixos nas indústrias, entretanto aumentando cada vez mais a

produção, uma maior terceirização, temos como produto diversas questões, que afetam diretamente os trabalhadores e sindicatos.

Os resultados são alarmantes em relação ao mundo do trabalho: desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflitivo. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.22)

No Brasil é praticamente impossível separar a precarização do trabalho, uma vez que grande parte das empresas que contratam terceirizados acabam “economizando”, sendo que os direitos trabalhistas acabam não sendo pagos aos trabalhadores.

As informações levantadas por pesquisas realizadas em todo o país nos últimos 20 anos evidenciam de forma unânime a indissociabilidade entre terceirização e precarização do trabalho, tanto em investigações de natureza qualitativa, através de estudos de casos, quanto quantitativas, com o uso de estatísticas de fontes oficiais ou de instituições sindicais e do direito do trabalho. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.25)

Quando falamos de precarização do trabalho, é impossível não associar essa precarização a terceirização do trabalho, que vai muitas vezes contra os direitos trabalhistas, uma vez que acaba não criando contratos formais, e muitas pessoas que precisam do trabalho acabam aceitando tal situação. As reformas trabalhistas feitas em vários países, onde os direitos dos trabalhadores foi suprimido em muitos aspectos, deu o aval para a ampliação da terceirização, sendo uma atividade comum na produção industrial global.

São investigações que demonstram resultados do que de fato acontece num país, cuja regulação, através do Enunciado 331, que proíbe a terceirização da atividade fim, não impediu a criação de trabalhadores e trabalhadoras de primeira e segunda categoria, num quadro de desrespeito à legislação trabalhista, criando uma vulnerabilidade social e política que coloca em risco a relação de emprego, como elemento básico dos contratos formais. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.25)

Sendo assim, muitos trabalhadores terceirizados acabam sendo tratados como trabalhadores sem relevância para a empresa, uma vez que não são formalizados contratos, esses trabalhadores acabam ficando sem respaldo. Não

sendo criada uma perspectiva coletiva entre os próprios trabalhadores o que enfraquece classe gerando uma concorrência entre eles.

Quando se analisa o plano da subjetividade dos trabalhadores, especialmente os terceirizados, manifesta-se uma condição de isolamento, de falta de vínculos ou de inserção, onde a perspectiva de identidade coletiva se enfraquece, resultante da descartabilidade, da desvalorização e da discriminação a que estão submetidos, o que dificulta a solidariedade de classe, pela concorrência entre os próprios trabalhadores. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.30)

O momento no Brasil é complicado levando em conta que o país vive um dilema entre o ataque do capital contra a classe trabalhadora que luta pelos seus direitos, principalmente os terceirizados que muitas vezes acabam sendo silenciados pela falta de apoio.

A atual conjuntura do trabalho no país é difícil e se caracteriza por uma violenta ofensiva do capital contra a classe trabalhadora. Ofensiva que embora tenha origem no plano da globalização econômica e financeira, dirigida pelo capital financeiro, encontra no território nacional os agentes que implementam suas exigências. No caso brasileiro, vivemos hoje a “ditadura dos mercados”, levada à prática pelo Governo Dilma Rousseff e com o apoio do Congresso Nacional, por meio do ajuste fiscal. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.30)

É interessante destacar que a indústria de confecção, por mais que tenha diversas complicações relacionadas a terceirização, este é um setor que vem crescendo cada vez mais e possui uma posição bem relevante na economia.

Vale observar, entretanto, que, apesar desses problemas, a indústria de confecção continua a ocupar um papel importante no conjunto da produção industrial brasileira: o setor é constituído de quase 17.400 unidades fabris, gerando cerca de 1,2 milhão de empregos diretos e movimentando mais de US\$ 22 bilhões (de produção), com uma participação superior a 4% do PIB. Dentre os seus principais segmentos, destaca-se o do vestuário, que responde pelo maior e mais representativo negócio da indústria de confecções. (LEITE, 2004, p.246)

O aumento expressivo da terceirização e o aumento do trabalho informal, pessoas trabalhando em suas próprias casas, criando oficinas em suas garagens, sem segurança nenhuma, com salários baixos, e profissionais sem qualificação para

as funções exercidas, onde pode-se observar nitidamente que o maior número destes trabalhadores são mulheres.

Em primeiro lugar, o contínuo processo de terceirização vem expulsando o trabalho das empresas de confecção, concentrando-o cada vez mais nas oficinas de costura, onde abunda o trabalho informal, mal pago, desqualificado, com altas taxas de doenças profissionais¹⁰ e, muitas vezes, a domicílio. Essa tendência se expressa no impressionante crescimento do trabalho informal nos últimos anos, tornando-o praticamente uma regra no setor. Segundo Comin, o emprego formal, “que caiu de aproximadamente 500.000 para 240.000 entre 1990 e 1998, hoje é bem menor do que o informal, estimado em mais de um milhão de pessoas pela principal entidade patronal do setor, a ABIT [Associação Brasileira da Indústria Têxtil]”(Comin, 2000, p. 10).

Em segundo lugar, a análise do trabalho no vestuário não pode ser feita sem considerar a dimensão de gênero, tendo em vista a enorme concentração de mulheres na categoria¹¹. A complexidade dessa questão, entretanto, nos impele a dedicar a ela um tópico em separado. (LEITE, 2004, p.248)

A questão de gênero neste caso não pode ser deixada de lado, uma vez que grande parte das trabalhadoras são mulheres, quando falamos do ofício nas confecções essa questão vem mais forte, visto que muitas jovens acabam aprendendo o ofício, como se fosse um requisito saber “costurar” como se fosse um trabalho exclusivamente feminino, pois a sociedade vê desta forma.

No caso específico do trabalho na confecção, o tradicional aprendizado da costura como parte da formação das meninas aparece, sem dúvida, como um importante fator na determinação da preponderância feminina no setor. Esse fator apresenta, todavia, um conjunto de consequências para o uso que se faz do trabalho feminino na confecção, as quais merecem ser analisadas com mais detalhes. (LEITE, 2004, p.249)

Outra grande questão é a discriminação de gênero que ocorre neste setor, muitas mulheres acabam recebendo uma remuneração de menor valor dos que os homens na mesma área, trabalhando mais e em empresas com situações mais precárias.

Embora sejam relativos ao conjunto do setor têxtil e de confecção, os dados apontam a discriminação de gênero ao evidenciarem a concentração do trabalho feminino nas menores empresas, bem como a menor remuneração das mulheres em relação aos homens. (LEITE, 2004, p.249)

Embora as mulheres sejam mais da metade a trabalhar no setor de confecções com mais de 60% empregadas na área, acontece então algo contraditório, visto que a maioria dos funcionários formalizados e registrados em carteira são homens, e apenas 30% das mulheres trabalham de maneira formal.

No que se refere ao gênero, os dados indicam que o setor é tipicamente feminino, já que as mulheres constituem 63,9% da mão-de-obra, enquanto os homens correspondem a apenas 36,1%. No entanto, quando se comparam esses dados com a distribuição da mão-de-obra entre os tipos de vínculo, observa-se que os homens tendem a se destacar entre os assalariados com carteira assinada (correspondendo a 38,1% do total dos trabalhadores com esse tipo de vínculo), ao passo que as mulheres se concentram proporcionalmente mais entre os assalariados sem carteira assinada (correspondendo a 70,4% dos trabalhadores com esse tipo de vínculo) e entre os trabalhadores por conta própria (dos quais correspondiam a 69,2%)¹³. (LEITE, 2004, p.250)

Grande parte dos trabalhadores possuem escolaridade básica, porém a maioria dos trabalhadores informais possuem baixa escolaridade e são esses que são muito explorados, sendo que possuem grande dificuldade de encontrar outros ofícios, pois não é exigido um alto nível de escolaridade.

A baixa escolaridade se concentra, entretanto, entre os trabalhadores por conta própria (80,5% dos quais possui apenas a escolaridade básica) e os assalariados sem carteira (63,5% dos quais se encontram nesse nível de escolaridade). (LEITE, 2004, p.252)

Podemos observar claramente que a força de trabalho utilizada neste setor da indústria é uma mão-de-obra barata, como uma tática na competitividade, focando em mulheres e pessoas com menos escolaridade, e optando pelo trabalho informal e muitas vezes à domicílio. Além disso, busca-se pessoas com idade mais avançada, que estão fora do mercado de trabalho, e veêm na terceirização uma oportunidade de renda, apesar da baixa remuneração e das condições precárias de trabalho.

Essa análise da composição da força de trabalho nos permite concluir que a indústria têxtil e do vestuário vem adotando largamente o uso da mão-de-obra barata como estratégia de competitividade, com ênfase na utilização de trabalhadores que se concentram nas oficinas de costura e no trabalho a domicílio, onde

abunda o trabalho sem carteira assinada e por conta própria.
(LEITE, 2004, p.252)

A terceirização no Brasil acontece de forma que leva a precarização dos direitos dos trabalhadores, uma vez que para obter seus lucros as indústrias utilizam mão-de-obra terceirizada e em grande parte informal, onde os trabalhadores em sua grande maioria são mulheres que trabalham em oficinas sem equipamentos de segurança muitas vezes, e são muito mal remuneradas. Essa tendência mundial é observada em diversos setores da indústria brasileira, e o setor têxtil não é diferente.

CAPÍTULO III – DINÂMICA E FUNÇÕES DAS CIDADES PEQUENAS

Em grande parte das vezes os pesquisadores, que se empenham em estudar as cidades acabam se dedicando com muito mais frequência e empenho as metrópoles e em segundo lugar as grandes e médias cidades, inclusive por conta de fatores econômicos em grandes proporções relacionados as metrópoles, no caso do Brasil podemos citar como exemplos São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, portanto as cidades de menores proporções tanto política como econômica acabam muitas vezes nem sendo objetos de estudos para esses pesquisadores.

As pequenas cidades proporcionam uma condição inicial para se conseguir caracterizar tanto o urbano como a cidade, uma vez que isso facilitaria tais estudos, pois como possuem o número de habitantes reduzido, o que os torna menos complexo na hora de se fazer os estudos, sendo avaliados com maior clareza. Importante destacar que os estudos das cidades pequenas têm se tornado cada vez mais complexos, uma vez que ao longo do tempo elas vão admitindo formas e funções diferentes.

Nesse sentido, não basta definir a pequena cidade por um único critério, mas tentar entender suas características locais, bem como sua função regional à luz de parâmetros em diferentes contextos socioespaciais, em outras palavras, a definição pelo tamanho populacional é um parâmetro importante, mas esse precisa estar relacionado com outras variáveis, como a interseção com as atividades agropecuárias, distância de cidades médias e grandes, densidade demográfica, atividades industriais, setor de serviços e comércio entre outros aspectos. (ANDRADE e ALVES, 2021, p. 63)

Nos anos 1950 as pequenas cidades eram muito diferentes do que são atualmente, principalmente em relação ao papel que desempenhavam enquanto cidades situadas entre o urbano e o rural, por conta do contexto social e também econômico do país que geravam efeitos nas relações entre rural e urbano. Nessa época o Brasil era menos industrializado e menos urbanizado, a urbanização ainda não tinha tido seu ápice (CORRÊA, 2011).

As pequenas cidades não tinham tantas diferenças entre si do ponto de vista funcional, estando entre o urbano e o rural, entretanto era possível diferenciar as áreas urbanas das áreas rurais inclusive através das atividades econômicas.

A partir da segunda metade da década de 1950, é possível identificar um grupo de mudanças, ou melhor dizendo transformações, que afetaram a sociedade brasileira. A industrialização ocorrida no campo interferiu não somente na estrutura fundiária, mas acabou afetando também as relações de produção, causando uma queda no número de pequenos proprietários, meeiros e rendeiros e elevando o número de pessoas assalariadas, principalmente trabalhos temporários, além disso a industrialização do campo também influenciou a paisagem agrária reduzindo abolindo habitat rural concentrado, gerando assim uma paisagem vazia, outro fator importante causado pela industrialização do campo é a emigração para a periferia urbana de metrópoles, cidades médias e até mesmo cidades pequenas e até mesmo para acampamentos do MST.

Por volta de 1950 a pequena cidade brasileira diferia muito de sua congênere cerca de 60 anos depois. As diferenças aqui consideradas dizem respeito apenas ao papel que desempenhavam enquanto situadas na confluência do urbano e do rural. Isto se devia ao contexto econômico e social do país, profundamente caracterizado por dois aspectos – que, juntos engendraram um conjunto de efeitos no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural. (CORRÊA, 2011, p.7)

As pequenas cidades acabam por se localizar a uma distância próxima que proporciona migrações pendulares de pessoas que moram ali mas acabam trabalhando em cidades maiores.

Dentre as diversas definições de cidades é relevante falar sobre a definição feita pelo IBGE realizada baseada na demografia e também na área de influência das cidades, entre elas uma das mais conhecidas é a que se refere a definição do porte das cidades e a de delimitação da centralidade dos núcleos urbanos. Outro fator importante é compreender o quanto as cidades pequenas atualmente surgem como produto da própria divisão territorial e social do trabalho incluídas em um processo de “desenvolvimento desigual e combinado”, ou seja, pelas contradições impostas pelo capital, onde proporcionam novos debates e reflexões sobre o tema.

b) A pequena cidade é entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços. A parte da população engajada em atividades agrárias é maior ou menor e isto pode levar a se pensar em um “continuum” rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais, nestes casos podendo-se falar em habitat rural concentrado. (CORRÊA, 2011, p.6)

É importante levar em conta que as pequenas cidades não possuem apenas uma origem onde se considera apenas a época em que foi criada, mas também é preciso entender os agentes sociais, o padrão de localização e sintetizando as necessidades e facilitando a criação de centros de povoamento. Podemos compreender que a pequena cidade seria um núcleo de povoamento onde uma parcela da população está envolvida em atividades relacionadas à circulação e transformação de mercadorias e prestação de serviços.

Estas pequenas cidades localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem mas trabalham na cidade maior. O mercado de trabalho da cidade em expansão, a acessibilidade e a perda do papel de lugar central de núcleos que foram afetados pela valorização da terra para fins urbanos em detrimento de usos agrícolas, parecem explicar a transformação dessas pequenas cidades. (CORRÊA, 2011, p.12)

Cada vez mais as cidades pequenas vêm se firmando como locais de atuação direta dos atores capitalistas em diferentes escalas, desde a escala local até a escala global, isso ocorre principalmente quando grandes empresas como a instalação de multinacionais nesses locais e assim geram grandes impactos na economia e na funcionalidade dessas cidades pequenas.

Em alguns casos essas cidades pequenas acabam se firmando como centros comerciais ou até mesmo industriais, fortalecendo assim o capital industrial como Paraguaçu e a produção de ternos por exemplo.

Atualmente podemos dizer que as cidades pequenas brasileiras estão distribuídas de diversas formas no território, e são muitas as suas diversidades o que acaba tornando mais complexo o estudo das mesmas como a classificação e análise desse tipo de cidade.

Devemos ter claro que a simplificação e a generalização devem ser afastadas da interpretação das cidades pequenas, visto que a realidade encontrada nas cidades com essa denominação pode ser objeto de estudos aprofundados, no que tange à própria análise das suas especificidades e particularidades. (JURADO DA SILVA, 2009, p. 204)

É importante destacar que o Sul de Minas se limita ao oeste e a sudoeste do estado de São Paulo e a sudeste do Rio de Janeiro, podemos destacar na paisagem natural do Sul de Minas a Serra da Mantiqueira, Serra da Canastra entre outros. Devemos levar em conta que as particularidades naturais dessa região acabam por favorecer a agricultura, principalmente produção leiteira e cafeeira.

Pode-se dizer que a economia da região é bem diversificada, e têm como principais atividades econômicas as indústrias, a agropecuária, comércio e prestação de serviços. Em relação a agropecuária devemos destacar que a mesma esta correlacionada entre o meio físico, processos históricos e dinâmicas econômicas próprias destas atividades e suas apropriações espaciais. Outro fator importante o qual o texto mostra é a queda de culturas tradicionais da agricultura familiar para o autoconsumo.

A cultura agrícola que mais se destacou no território do Sul de Minas foi a soja que aumentou 117 vezes sua área plantada, estando assim na terceira posição na região (ANDRADE e ALVES, 2021).

O processo de desconcentração industrial no Sul de Minas ocorreu principalmente a partir da região metropolitana de São Paulo, gerando investimentos financeiros de grandes proporções na região, inclusive por conta da proximidade da região com grandes centros econômicos do país (ANDRADE e ALVES, 2021).

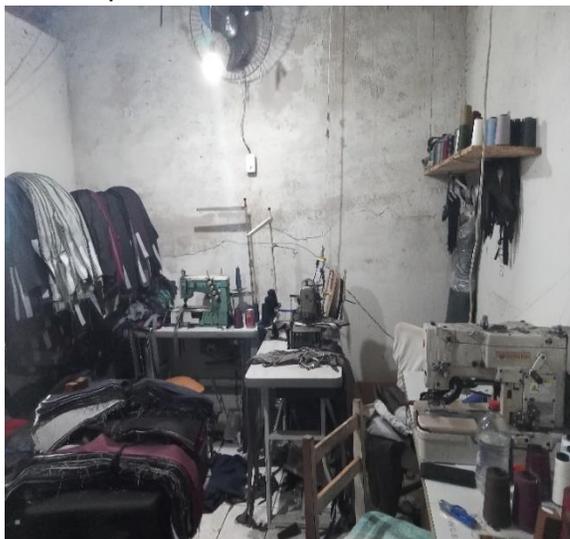
Andrade e Alves (2021, p.83) apontam alguns tipos de cidades pequenas no sul de Minas, e entre elas estão “As pequenas cidades com importantes atividades industriais”, onde Paraguaçu se destaca pela produção têxtil e de ternos especificamente.

CAPÍTULO IV - TRABALHADORES TECEIRIZADOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM PARAGUAÇU-MG

Em relação a terceirização no setor industrial têxtil, o município de Paraguaçu-MG vem aumentando cada vez mais os números de trabalhadores nessas condições. Muitos donos de confecções optam por terceirizar os serviços, uma vez que todas as pessoas entrevistadas alegaram não ter nenhum contrato de trabalho com as empresas, barateando o custo da mão-de-obra para as empresas, pois não incluem uma série de direitos trabalhistas.

A informalidade não é sinônimo de precariedade, mas a sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara sintonia com a precarização. Apontar suas conexões, suas inter-relações e suas vinculações torna-se, entretanto, imprescindível. Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, estamos defronte de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.25)

De acordo com os entrevistados, as empresas ou microempresários, não arcam com nenhuma despesa relacionada ao espaço utilizado para o trabalho, o maquinário também é adquirido pelo terceirizado, assim como conta de luz e outros equipamentos são de responsabilidade dos terceirizados (Fotografia 1).



Fotografia 1 – Oficina de costura na casa de uma trabalhadora terceirizada.
Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A fotografia 1 ilustra bem as condições precárias do ambiente de trabalho, além de ser na residência da trabalhadora, o espaço é bastante limitado e não é adequado para uma jornada de trabalho pesada, com muitas horas no dia. A cadeira é simples e pouco confortável, não sendo adequada para passar durante horas, além do espaço fechado com pouca ventilação.

No que tange os direitos trabalhistas, tudo depende se o terceirizado tem como arcar com as despesas, alguns alegaram pagar um carnê do INSS, para garantir direitos a sua aposentadoria, uma vez que não possuem respaldo nenhum de quem os contrata, é tudo informal, se acontecer um acidente de trabalho o contratante não responde por nada, pois não existe nada formalizado.

A faixa etária varia muito (Gráfico 1), desde pessoas muito jovens até mulheres que já se aposentaram pelo INSS e trabalharam a vida toda em confecções e agora optaram pelo trabalho terceirizado.

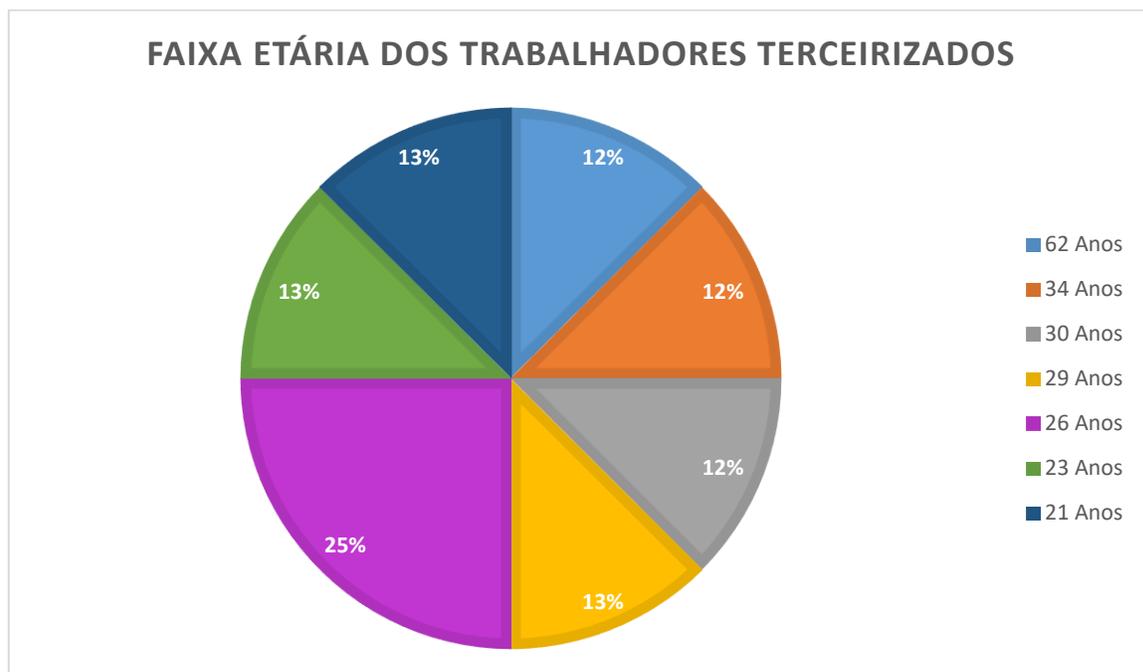


Gráfico 1 – Perfil etário dos trabalhadores terceirizados entrevistados.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Muitos dos jovens entrevistados, tem a terceirização como um trabalho temporário, e não se sentem satisfeitos com a função que vem desempenhando e

pensam em mudar de emprego, entretanto durante as entrevistas foi possível notar que existem pessoas que gostam muito do que fazem e costuraram a vida toda como uma das entrevistadas que costura a 40 anos disse: “Amo o que eu faço, costurar é minha vida, e foi o que fiz a vida toda, desde os treze anos”.

A maioria dos entrevistados são mulheres (Gráfico 2), entretanto número de homens que trabalham com costura vem crescendo cada vez mais no quesito terceirização. O ofício de costurar visto por grande parte da sociedade, principalmente pelos homens como trabalho para mulheres, muitos deles acreditam que seja um trabalho no qual se é exigida menos força física, entretanto durante os relatos feitos pelas mulheres entrevistadas e da minha observação em campo, é nítido que esse não é um trabalho leve e simples e exige sim força.

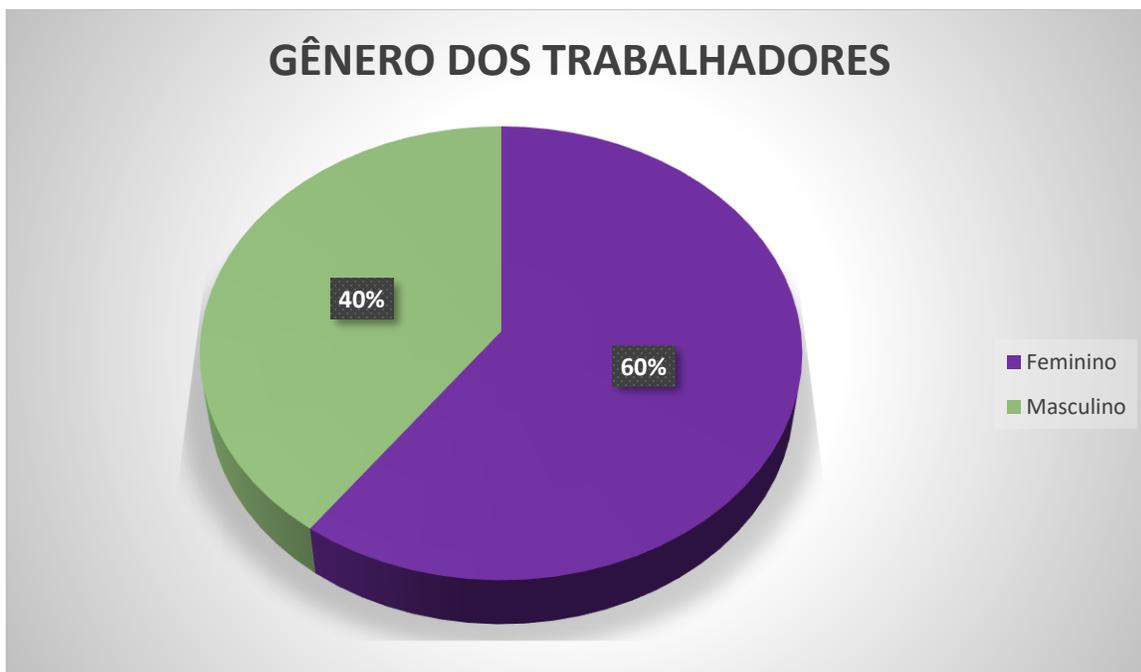


Gráfico 2 – Gênero dos trabalhadores terceirizados entrevistados.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

O ambiente de trabalho é a própria casa (Fotografia 2), uma garagem que foi transformada em oficina de costura, um cômodo no fundo da casa, ou até mesmo um parente que aluga um cômodo da casa para que a pessoa trabalhe.



Fotografia 2- Oficina de costura de trabalhadora terceirizada.
Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Como já foi mencionado todos os custos e manutenções são por conta do trabalhador terceirizado, a empresa não arca com nenhum tipo de custo, apenas envia os tecidos cortados para serem confeccionados. O espaço de trabalho não conta com medidas de segurança, o que mostra a precarização do mesmo, são em geral espaços pequenos o suficiente para o maquinário e pessoa trabalhar.

Destaca-se que a carga horária é variável, pois ganha-se mais quanto mais peças são entregues no menor tempo, ou seja, além do espaço do trabalho ser no mesmo do descanso, tem-se a pressão por produzir mais em menos tempo, o que desestimula o tempo para lazer e descanso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido o crescimento e a evolução do município, passando por diversas fases, e se compararmos a fase atual que vivemos com o início da criação do município os processos de territorialização claramente existe uma grande transformação, porém em alguns aspectos o município ainda está atrasado e não consegue caminhar ao mesmo ritmo de municípios vizinhos, por questões políticas que acabam “engessando” o crescimento do mesmo.

Em relação a economia não podemos deixar de lado a grande mudança ocorrida nos setores e como as indústrias passaram a ter um espaço bem maior em relação ao setor agropecuário que antes era predominante, levando-se em conta também que a economia do setor industrial teve grande impulso da gestão do município que colaborou para a ampliação do distrito industrial de Paraguaçu, quando notamos essa mudança é possível compreender que a mesma acaba saindo um pouco dos padrões de uma cidade pequena.

No que tange a cidade de Paraguaçu, como estamos falando de uma cidade pequena que é caracterizada como um centro urbano emergente, é possível compreender a relevância do segmento industrial na cidade, principalmente no setor de confecções e vestuário. Sendo assim a cidade revela no setor industrial grande parte de geração de empregos, no que se dispõe à geração de renda fica atrás apenas do setor de serviços. Além disso, o setor de serviços possui grande ligação com o setor de vestuário como o comércio, mostrando assim a importância do setor.

É fundamental destacar que relevante porção da produção dessas indústrias acaba servindo a outras grandes fábricas, ou seja, articulando esta pequena cidade às dinâmicas nacionais e globais de produção, revelando assim que Paraguaçu também se articula com o modo de produção capitalista global, sendo mais relacionado ao setor industrial, onde foi reconfigurada as dinâmicas urbanas e de trabalho da cidade.

Uma grande mudança de valores nos cerca, principalmente dominada pelo

dinheiro. A evolução da mulher, a posição ascendente dos animais na sociedade, econômico e estimativo, o poder da sociedade de consumo.

A terceirização ganha vez mais força no município de Paraguaçu-MG, a maioria das empresas buscam diminuir cada vez mais seus gastos com funcionários, na maioria dos casos as empresas ignoram direitos trabalhistas ao “contratarem” trabalho terceirizado sem nenhum contrato ou respaldo para o trabalhador, o que gera mais lucro para as empresas.

A ausência de um sindicato atuante no município prejudica os trabalhadores terceirizados que ficam à mercê das indústrias, que conseguem introduzir sua lógica de trabalho afim de ampliar seus lucros e precarizar, ainda mais, os trabalhadores da cidade pequena, que devido a essas características como baixa oferta de emprego, baixos salários, dinâmica rural ainda presente, surgem como uma possibilidade atrativa para os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra; ESTEVES, Thiago Verissimo. Relações de trabalho e precarização na indústria têxtil de Paraguaçu-MG: o caso da produção de ternos. **Revista Pegada**. Presidente Prudente. v.21, n.2, 2020. p.199-227.

AMATO NETO, João. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, p. 33-42, 1995.

ANDRADE, Alexandre C.; ALVES, Flamarion D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria (Orgs.) **A geografia das pequenas cidades**: estudos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Libroe, 2021.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In. CASTRO, I. E.. GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.

IBGE – SIDRA – **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 10/02/2023.

LEITE, Marcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Trabalho, educação e saúde**, v. 2, p. 57-94, 2004.

LOVADINI, Mauricio. INDÚSTRIAS EM PEQUENAS CIDADES: OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO: O CASO DA AGLOMERAÇÃO URBANA DE PIRACICABA-SP. **Estudos Geográficos**: Revista Eletrônica de Geografia, v. 15, p. 101-120, 2017.

Prefeitura municipal de Paraguaçu. Histórico do município. Paraguaçu/MG- 2002. Disponível em: <http://paraguacu.mg.gov.br/acidade/> Acesso em 15/02/2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Editora Record, 2001.